



CPI mista decide ouvir Paulo Roberto Costa na quarta-feira

Ex-diretor da Petrobras pode confirmar no Congresso informações dadas à Polícia Federal

A comissão enviou pedido à Justiça do Paraná para que Costa, preso em Curitiba, seja trazido a Brasília. A CPI mista e a exclusiva do Senado querem acesso aos depoimentos que o ex-diretor presta à Polícia Federal acusando políticos de receberem propina em contratos da Petrobras. Ontem o também ex-diretor Nestor Cerveró disse que desconhece participação de Costa na compra da refinaria de Pasadena. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Presidente da CPI mista e da CPI exclusiva do Senado, senador Vital do Rêgo fala à imprensa sobre decisão dos líderes partidários de convocar Paulo Roberto Costa

Renan participa de posse no Supremo

Jonas Pereira/Agência Senado



O ministro Ricardo Lewandowski (D) toma posse ao lado de Dilma e Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem da cerimônia de posse do novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, eleito no dia 13 de agosto. O ministro já exercia o cargo interinamente, devido à aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa, em julho. **2**

TV poderá ajudar a localizar pessoas

Projeto cria a obrigatoriedade de divulgação de fotos de pessoas desaparecidas diariamente pelas emissoras de TV. Os bons resul-

tados da divulgação das fotos em contas de concessionárias de serviços e o alcance do meio de comunicação motivaram o texto. **2**

Diretor avalia pesquisa interna

O diretor-geral do Senado, Fernando Bandeira, se reuniu ontem com chefes de gabinete para discutir pesquisa que avaliou a atu-

ação da Diretoria-Geral. Durante o encontro, ele anunciou a compra de computadores e o aumento da velocidade da internet. **2**



Fábio Rodrigues Pozzebom/ABR

Sistema passou por várias atualizações para resistir a tentativas de fraude

Urna eletrônica faz 18 anos e é produto de exportação

Criada pelo Tribunal Superior Eleitoral para dar maior segurança às vota-

ções e velocidade à apuração, tecnologia já é adotada por vários países. **4**

Senado Federal

Economia | Transparência | Fortalecimento do Legislativo

Comissão Diretora | Biênio 2013 - 2014

Saiba mais em:
<http://bit.ly/1nv6Zig>

SENADO FEDERAL



Motivado pelo grande poder de penetração da TV e pelos bons resultados em contas de serviços, Cristovam Buarque propõe obrigar emissoras a divulgar diariamente fotos de pessoas desaparecidas



Manifestação de mães de crianças desaparecidas: TV pode expandir divulgação de fotos e aumentar chances de encontro

Projeto obriga divulgação de fotos de desaparecidos na TV

EMISSORAS DE TELEVISÃO podem ser obrigadas a mostrar fotos de pessoas desaparecidas, conforme projeto de lei apresentado por Cristovam Buarque (PDT-DF). O senador afirma que o benefício social da medida é incalculável, dado o grande alcance que tem a televisão.

De acordo com a proposta (PLS 110/2014), as emissoras de televisão brasileiras ficariam obrigadas a exibir as fotos por no mínimo um minuto por dia das 18h às 22h, quando se registram índices mais altos de audiência.

Cristovam lembra que a divulgação das fotos de pessoas desaparecidas em faturas de prestadoras de serviços, como fornecedores de gás e de energia elétrica, já se mostrou eficiente.

Outras iniciativas

Na avaliação do senador, a exibição também na TV contribuiria para o sucesso de iniciativas já implementadas pelo poder público, como o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, criado por lei em 2009.

“O desaparecimento de

qualquer pessoa consiste em tragédia para seus familiares, para seus amigos e para toda a sociedade. Faz-se necessário, diante de tal quadro, a participação de todos na erradicação desse flagelo”, afirma o senador ao justificar o projeto.

O texto tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde tem como relator Magno Malta (PR-ES). Depois, passará pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Se for aprovado e não houver recurso para a tramitação em Plenário, seguirá para a Câmara dos Deputados.

Diretor-geral ouve chefes de gabinete

O Senado deve aumentar em 5 vezes a velocidade de sua internet nos próximos meses e adquirir 1,7 mil estações de trabalho, 3 mil cadeiras e 200 mesas de reunião, além de disponibilizar 700 novos ramais, sendo 400 já nos próximos 30 dias.

Essas foram algumas das medidas anunciadas pelo diretor-geral do Senado, Luiz Fernando Bandeira, em reunião com chefes de gabinete de senadores e de lideranças partidárias ocorrida ontem. No encontro, que teve o objetivo de discutir o resultado de uma pesquisa de satisfação quanto aos serviços prestados

pela Diretoria-Geral, Bandeira também ouviu as principais demandas dos servidores responsáveis pela administração dos gabinetes.

O anúncio foi uma resposta a itens mal avaliados, como a quantidade de ramais e a

disponibilidade de mobiliário. Bandeira destacou, entretanto, que as ações foram feitas buscando economia. Os móveis serão adquiridos por R\$ 750 mil, valor muito inferior aos R\$ 3 milhões cotados inicialmente.



Luiz Fernando Bandeira discute avaliação da Diretoria-Geral com servidores

Lewandowski toma posse com presença de Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem da posse do novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, eleito no dia 13 de agosto. Também prestigiaram a cerimônia a presidente Dilma Rousseff, o vice-presidente, Michel Temer, e o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves.

O ministro já exercia interinamente o cargo de presidente, devido à aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa, em julho deste ano. A ministra Cármen Lúcia tomou posse como vice-presidente da Corte.

No discurso de posse, Ricardo Lewandowski defendeu a harmonia entre os Poderes da República e destacou maior eficiência

do Judiciário para atender a população. Entre as metas para os próximos anos, salientou o uso da tecnologia, prioridade no julgamento de recursos extraordinários com repercussão geral e o estímulo às formas alternativas de solução de conflitos.

— Enviaremos ao Congresso Nacional, depois da aprovação pelos nossos pares, o novo Estatuto da Magistratura, assim como projetos de lei que possam superar topicamente certos entraves na prestação jurisdicional — afirmou.

Lewandowski permanece no comando do STF até agosto de 2016. Ele tem 66 anos de idade e foi juiz, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



Lewandowski (4º à esq., ao lado de Dilma) assume a presidência do STF

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

CCT Banda larga

8h Audiência em São José dos Campos (SP) discute o Plano Nacional de Banda Larga.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burtle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Depoimento do ex-diretor da Petrobras com acusações a políticos não estava entre documentos da Operação Lava-Jato entregues à comissão pelo Supremo Tribunal Federal

Paulo Roberto Costa fala à CPI mista no dia 17

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) Mista da Petrobras volta a se reunir na quarta-feira para ouvir o ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa. Após reunião de líderes partidários para discutir os trabalhos, o presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), disse que já mandou um pedido à Justiça do Paraná para que o ex-funcionário, que está preso, seja trazido a Brasília. O relator, deputado Marco Maia (PT-RS), espera que Costa esclareça o que aconteceu.

— O que nós tivemos até agora foram opiniões e casamento de informações. O Paulo poderá trazer as informações verdadeiras — disse.

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), acredita que Costa vá se recusar a res-

ponder aos questionamentos porque uma das obrigações que ele tem para receber o benefício da delação premiada, em acordo feito com o Ministério Público e a Polícia Federal, é manter o sigilo.

— Qualquer coisa que vaze daqui, com certeza, pode dificultar a investigação que acontece paralelamente — afirmou o senador.

A CPI mista e a exclusiva do Senado ainda não receberam os depoimentos de Costa ao Ministério Público e à Polícia Federal. Vital informou que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki liberou todo o conteúdo do processo e do inquérito da Operação Lava-Jato, mas o depoimento ainda não chegou.

— Teori Zavascki não nos deu os autos da delação pre-



Presidente da CPI mista, Vital do Rêgo (C) reúne-se com líderes partidários para discutir os próximos passos do colegiado

miada porque eles não estão no STF. O que fiz foi reiterar o ofício à Procuradoria-Geral da República, ao juiz titular de Curitiba e ao ministro Teori solicitando novamente os

termos da delação — explicou. Marco Maia lembrou que o procedimento de delação premiada pode durar meses, pela quantidade de informações que estão sendo passadas.

— Só é considerada válida depois que são comprovadas as informações prestadas.

Vital pediu reunião com Zavascki para discutir o compartilhamento de informações.

— Estou insistindo muito com essa audiência para discutirmos e afinarmos os procedimentos. Vamos integrar as ações do Supremo com a CPI — afirmou.

Para o senador José Agripino (DEM-RN), marcar o depoimento de Costa antes da chegada das informações da delação premiada não atrapalhará o trabalho da CPI.

— Não dá para fazer compatibilizações. Temos que tomar iniciativas, como marcar a vinda dele. Não tem que ficar vinculando uma coisa com a outra — disse o líder do DEM.

Os participantes da reunião de líderes ressaltaram que não há elementos para discutir a situação de políticos que teriam sido mencionados por Costa.

— Não há denúncia, há menção. Seria uma precipitação da nossa parte — disse Agripino.

O deputado Fernando Francischini (SD-PR) também defendeu cautela.

— O importante agora é a CPI debater tudo. Precisamos ter a força e a firmeza de investigar todos os nomes citados e o cuidado de verificar se o Ministério Público comprovou o envolvimento de alguém.

Senadores buscam mais informações

Os senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Cristovam Buarque (PDT-DF) foram recebidos, ontem, pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. A intenção era confirmar o eventual envolvimento de membros do Congresso Nacional em suposto pagamento de propina intermediado pelo ex-diretor da Petrobras.

Segundo Randolfe, Janot

disse não ter recebido o processo que apura as denúncias, mas ressaltou que, de qualquer maneira, não poderia divulgar nomes, caso as revelações feitas pelo ex-diretor estejam condicionadas ao instituto da delação premiada.

Janot assumiu o compromisso de, no caso de não haver sigilo, liberar os nomes de eventuais parlamentares

citados assim que o processo chegar a suas mãos. Randolfe disse que acompanhará de perto os desdobramentos da operação da Polícia Federal, inclusive a futura remessa do processo à Procuradoria-Geral da República.

— Estou convicto de que as investigações estão sendo bem conduzidas pelos procuradores da República no Paraná — disse o senador.

Cerveró afirma desconhecer ação de Costa no caso Pasadena

O ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró afirmou ontem, em depoimento à CPI mista que investiga denúncias sobre negócios da estatal, que desconhece qualquer participação direta do também ex-diretor Paulo Roberto Costa na compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. De acordo com Cerveró, Costa apenas indicou outros funcionários da empresa para trabalhar na refinaria.

— Das negociações, o Paulo não participa. Apenas aprovou o negócio como membro do Conselho Administrativo da

Petrobras. Ele não se envolveu — garantiu o ex-diretor.

Cerveró também negou que tenha havido desvio de dinheiro na compra da refinaria nos Estados Unidos e disse que nunca ouviu falar sobre isso.

O deputado Antonio Imbassahy (PSDB-BA) quis saber como Cerveró avalia a afirmação da presidente Dilma Rousseff de que ela não tinha a menor ideia da existência de crimes na Petrobras. O ex-diretor respondeu que não tem o que dizer sobre isso e aconselhou o deputado a fazer a pergunta para a presidente.

Cerveró admitiu ter recebido um convite da Petrobras para fazer um *media training* (treinamento de mídia) para aprender a se comportar em situações de pressão. Disse que participou desse treinamento antes de depor à CPI, mas negou ter recebido perguntas.

O executivo reforçou o que já havia dito em depoimento à CPI exclusiva do Senado, que a compra de Pasadena foi um bom negócio. E reforçou a análise com dados sobre a lucratividade da refinaria.

— Só no primeiro semestre de 2014, teve um lucro líqui-

do de quase US\$ 80 milhões. Podemos considerar que, este ano, Pasadena terá lucro da ordem US\$ 150 milhões — disse.

Ele também afirmou que,

ao contrário do apurado pelo Tribunal da Contas da União, a aquisição de Pasadena não resultou em prejuízos para a Petrobras.



Nestor Cerveró voltou a afirmar que a compra de Pasadena foi um bom negócio

Cláusulas de negócio voltam ao debate Ex-diretor diz que doação foi herança

Nestor Cerveró voltou a minimizar a importância de duas cláusulas omitidas do resumo executivo que serviu de base para que o Conselho Administrativo da Petrobras autorizasse a compra da refinaria de Pasadena. O documento foi elaborado por ele.

A primeira cláusula (Marlim) estabelecia que a belga Astra Oil, parceira inicial da Petrobras, tivesse lucro de 6,9% ao ano, independentemente das condições de mercado. A segunda (Put

Option) obrigava a estatal a comprar a outra metade da refinaria caso houvesse desentendimento com a parceira.

Segundo Cerveró, além do resumo, toda a documentação do negócio foi enviada ao conselho. O posicionamento dele vai contra a opinião da presidente da Petrobras, Graça Foster, e da presidente Dilma Rousseff, que presidia o conselho na época da negociação. As duas consideraram as cláusulas omitidas como importantes.

O ex-diretor da estatal negou que tivesse doado imóveis a parentes para escapar de um possível bloqueio de bens por ordem do Tribunal de Contas da União. Segundo ele, “foi uma antecipação de herança”, sem relação com Pasadena.

Ao dar explicações sobre o contrato de locação de um apartamento no Rio avaliado em R\$ 7,5 milhões onde morou com a esposa até três meses atrás, Cerveró não soube precisar o valor exato do aluguel que pagava. Ao ser indagado pelo relator

Marco Maia (PT-RS), disse que quando deixou o imóvel pagava “na faixa de R\$ 7 mil a R\$ 8 mil”.

Conforme reportagem da revista *Veja*, o contrato de locação está no nome de Patrícia Cerveró, mulher de Nestor, e o apartamento pertence a uma *offshore* (empresa aberta em paraíso fiscal) uruguaia, que o comprou logo após a Petrobras ter sido obrigada pela Justiça americana a adquirir a segunda metade da refinaria de Pasadena.

Sistema desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral, que garante maior segurança aos eleitores e mais velocidade na apuração de votos, já é adotado por diversos países

Criação brasileira, urna eletrônica faz 18 anos

A URNA ELETRÔNICA foi lançada em 1996 para contabilizar os votos de milhões de eleitores com rapidez e segurança. Dezoito anos depois, o Brasil comemora o sucesso do sistema, que não teve nenhuma suspeita de fraude confirmada e acabou replicado em diversos países.

Além disso, o resultado das eleições presidenciais de 2010 foi divulgado às 20h04 do dia 31 de outubro — apenas três horas e quatro minutos após o fechamento das seções eleitorais no segundo turno, um recorde mundial na apuração.

O hardware e o software da urna eletrônica foram concebidos e construídos sob orientação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Desde 2000, quando as eleições passaram a ser totalmente informatizadas, o equipamento recebeu várias atualizações.

Em 2009, o tribunal convidou cerca de 30 especialistas em tecnologia da informação a

participar de testes públicos de segurança da urna eletrônica. Após quatro dias, nenhum deles conseguiu invadir o sistema.

Em novos testes, em 2012, uma equipe da Universidade de Brasília (UnB) conseguiu “desembaralhar” a ordem dos votos registrados, mas não identificou os eleitores.

A tecnologia brasileira foi adotada no Equador, Paraguai, Argentina, Costa Rica e República Dominicana. Nos Estados Unidos, México e Canadá, onde também é usada a urna eletrônica, alguns estados e províncias exigem o voto impresso conferido pelo eleitor.

Para o secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Janino, a informatização do voto é um sucesso, principalmente pelo comprometimento da Justiça Eleitoral com a melhoria contínua.

Janino entende que “sempre há espaço para avançar”, mas



Em 2010, resultado da eleição para presidente da República foi conhecido três horas depois de fechadas as seções eleitorais

diz que isso deve ser feito com cautela, pois melhorias têm de ser inseridas dentro de critérios de segurança e de acordo com a cultura adquirida pelo cidadão.

Dois terminais compõem a urna eletrônica: o do mesário,

onde o eleitor é identificado e autorizado a votar, e o do eleitor, onde é registrado numericamente o voto. O software da urna é composto de uma versão do sistema Linux.

Seis meses antes das eleições, o código é liberado para que os partidos políticos, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Ministério Público possam verificar o sistema em busca de falhas.

As versões finais dos sistemas eleitorais são gravadas em mídia não regravável, lacradas e armazenadas na sala-cofre do tribunal. Antes da votação, são carregados na urna os dados da zona e da sessão eleitorais e dos candidatos.

Após o encerramento da votação, são gravados o boletim de urna, o registro digital do voto, os eleitores faltosos,

as justificativas eleitorais e o registro de eventos. Todos os arquivos são assinados digitalmente. O boletim de urna, além de assinado, é criptografado.

Em maio, foi sancionada a Lei 12.976/2014, que redefiniu a ordem dos cargos eletivos nas urnas eletrônicas. No entanto, o TSE entendeu que a modificação não deve ser aplicada em 5 de outubro. As opções do eleitor, portanto, serão feitas assim: deputado estadual ou distrital, deputado federal, senador, governador e vice-governador de estado ou do Distrito Federal, presidente e vice-presidente da República.

Nas eleições municipais, em 2016, a sequência de votação será a seguinte: vereador, prefeito e vice-prefeito.

Eleitor pode treinar uso do sistema de votação

Quem quiser treinar o uso da urna eletrônica pode acessar o simulador de votação no site do TSE. Um programa reproduz a ordem de exibição dos candidatos.

De todo modo, votar na urna eletrônica é simples. Digita-se o número do candidato e confere-se na tela se a foto, o nome e o partido estão corretos. Em seguida,

aperta-se a tecla verde CONFIRMA. No caso de algum erro, o eleitor pressiona a tecla laranja CORRIGE e começa novamente.

Se a opção for votar em branco, deve-se pressionar a tecla BRANCO e, depois, apertar CONFIRMA.

Se quiser votar nulo, o eleitor digita um número inexistente de candidato ou

partido e, em seguida, aperta o botão CONFIRMA.

Para cada cargo, o eleitor deve repetir o procedimento. Ele pode levar os números anotados ou impressos num pedaço de papel.

A urna eletrônica avisa quando a votação termina: o eleitor escuta um som mais alto e aparece na tela a palavra FIM.

Anibal Diniz cobra isenção de taxas para estações de satélite



Anibal Diniz (PT-AC) informou que enviou ofício à Casa Civil e à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência

da República pedindo a regulamentação do artigo 36 da Lei 12.715/2012, que trata da isenção de taxas de fiscalização para estações terrenas de transmissão de sinais de satélite. Segundo ele, a regulamentação colabora com o avanço da internet.

Anibal disse que a tecnologia de fibra óptica não consegue chegar às regiões mais isoladas, ao contrário da tecnologia de satélite. A isenção tornaria mais fácil a instalação do serviço por parte das operadoras.

— Com o preço mais acessível, o benefício seria evidente para as regiões mais distantes — concluiu.

Cristovam aponta que base ruim causa evasão na educação superior



O despreparo de boa parte dos estudantes que ingressam no ensino superior, ocasionado pela má qualidade da educação de

base oferecida pelas escolas do país, é uma das causas da redução do número de estudantes que concluem seus cursos, disse ontem Cristovam Buarque (PDT-DF).

O Ministério da Educação divulgou, no Censo da Educação Superior, que houve redução de 5,9% no número de estudantes que concluíram o ensino superior no país, apesar do aumento do número de estudantes matriculados.

— Como é que esses jovens brasileiros vão concluir o ensino superior de qualidade se não tiveram uma educação de base com qualidade? — questionou o senador.

Capiberibe lamenta impunidade de acusados por corrupção no Amapá



Em pronunciamento ontem no Plenário, João Capiberibe (PSB-AP) lamentou que, passados quatro anos, os

responsáveis por um desvio de R\$ 1 bilhão dos cofres públicos do Amapá ainda estejam impunes.

Eles foram alvo da Operação Mãos Limpas, deflagrada pela Polícia Federal para desmantelar uma quadrilha instalada na Prefeitura de Macapá, na Assembleia Legislativa, no Tribunal de Contas e no governo daquele estado.

O parlamentar se disse indignado com o fato de que muitos dos que foram apontados como envolvidos no escândalo sejam candidatos nas próximas eleições, como o ex-governador Waldez Góes, que concorre ao governo do estado.

Casildo defende projeto de transparência para concessionárias



Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) rapidez no exame do projeto

de autoria dele que obriga concessionárias de serviço público a divulgar periodicamente demonstrações financeiras, seguindo o modelo das sociedades anônimas (PLS 365/2013).

Pelo projeto de Casildo, as concessionárias deverão divulgar diversos documentos, como o balanço patrimonial, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados e o fluxo de caixa. Com esses dados, a população poderá acompanhar as concessões de serviço público, comentou o senador.

A proposta já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Agripino destaca papel de CPIs na investigação sobre a Petrobras



José Agripino (DEM-RN) afirmou que o Congresso pode ajudar a garantir uma rápida apuração do possível envol-

vimento de políticos e outras autoridades em irregularidades na Petrobras, que teria sido relatado à Polícia Federal pelo ex-diretor Paulo Roberto Costa.

Após afirmar que o brasileiro está indignado com as denúncias e quer que o caso seja apurado logo, Agripino informou que Paulo Roberto Costa dará outros depoimentos à Polícia Federal e deverá ser ouvido na próxima quarta-feira pela CPI Mista da Petrobras.

O senador disse que a apuração do que for delatado pelo ex-diretor da estatal pode demorar no âmbito da Justiça e lembrou que as CPIs podem acelerar o processo.